



DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PARLAMENTO AMAZÔNICO SOBRE A COP 16 DE BIODIVERSIDADE, A SER REALIZADA EM CALI, COLOMBIA E COP 29 DE CLIMA, A SER REALIZADA EM BAKU, AZERBAIJÃO

Os membros do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), representando os parlamentos nacionais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, reunidos em Tarapoto, Peru, em 5 de junho de 2024:

CONSCIENTES de que temos intercambiado propostas legislativas de nossos países, que poderiam ajudar a melhorar os esforços de conservação, com ênfase especial no potencial de crescimento da bioeconomia amazônica;

RECORDANDO a Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em agosto de 2023 em Belém, Pará, Brasil;

PREOCUPADOS com a contínua perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos na bacia amazônica, que ameaçam as oportunidades e os meios de subsistência dos povos indígenas e comunidades locais, bem como o sistema climático global e os benefícios nacionais e globais derivados da conservação da biodiversidade;

CONVENCIDOS da necessidade de agir com urgência para alcançar mudanças transformadoras em todos os setores e em todas as áreas da sociedade;

RECONHECENDO que o manejo sustentável dos recursos naturais da Amazônia, assim como de outros ecossistemas, é de vital importância para o desenvolvimento sustentável, para o crescimento econômico de longo prazo e para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras;

APOIANDO E DEFENDENDO os esforços em conservação e gestão florestal sustentável, agrossilvicultura, restauração florestal, pesca sustentável e melhoria dos meios de subsistência amazônicos baseados em florestas em pé, bem como a gestão sustentável dos recursos hídricos;

DESTACANDO que o uso sustentável das florestas, savanas, pântanos, recursos hídricos, solos, oceanos, flora e fauna deve ser responsabilidade de todos: setores público e privado, bem como da sociedade civil, incluindo partidos políticos e representantes do povo em legislaturas nacionais;

EM NOSSO PAPEL de tomadores de decisões legislativas que elaboram as políticas públicas necessárias para o sucesso desses esforços, convocamos as autoridades e lideranças dos países reunidos na COP 16 de Biodiversidade, em Cali Colômbia (Outubro 2024) e COP 29 de Clima, em

Baku, Azerbaijão (Novembro 2024), para que reconheçam as seguintes prioridades para o trabalho em conjunto com os Legislativos Nacionais:

1. Promover o cumprimento dos objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade e de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, no marco da Convenção sobre Diversidade Biológica e seu Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus instrumentos, incluindo o Acordo de Paris, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio do fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas, leis e regulamentações nacionais;
2. Elaborar e aplicar legislações que permitam que as terras públicas ameaçadas pelo desmatamento adquiram mecanismos legais que protejam essas áreas de usos insustentáveis nos países da bacia amazônica.
3. Buscar oportunidades de atrair financiamentos inovadores para conservar e restaurar florestas, incluindo programas específicos baseados em recursos não compensatórios, instrumentos de pagamento por resultados e possibilidades relacionadas a eventuais mercados de carbono para comunidades amazônicas que buscam a conservação, restauração e manejo de florestas e de recursos naturais, conforme adequado a cada instrumento, e por meio do estabelecimento de regras uniformes de elegibilidade, acordos em condições justas e mecanismos de monitoramento dos resultados das remoções ou reduções de emissões dos créditos de carbono, de acordo com as regulamentações multilaterais vigentes e com atenção especial à integridade ambiental das iniciativas financiadas.
4. Buscar oportunidades para investir em pesquisas tecnológicas à escala comunitária que possam agregar valor e expandir o acesso ao mercado, inclusive em áreas como o ecoturismo e a gestão de áreas sob diferentes regimes de proteção.
5. Garantir que esses esforços visem/apoiem especificamente pequenos negócios locais do setor privado, comunidades locais e povos indígenas, e que sejam inclusivos, levando em consideração em particular o respeito pela interculturalidade, equidade de gênero e geracional.



EM RECONHECIMENTO DO ANTERIOR,

COMPROMETEMO-NOS a dar a devida prioridade à legislação necessária ao seu cumprimento

Em junho de 2024,

Pelo Parlamento de Bolívia:

Carlos Hernán Luis Alberto Zuniga Sara Kattya	Aleiza Alcira Rodriguez Romina Grizelda Jaime Rivas
---	---

Pelo Parlamento de Brasil:

Nelsinho Trad Sidney Leite	Socorro Neri
-------------------------------	--------------

Pelo Parlamento de Colômbia:

Yenica Acosta Carlos Adolfo Ardila	Luis Ramiro Julio Roberto
---------------------------------------	------------------------------

Pelo Parlamento de Ecuador:

Gissela Cecibel	
-----------------	--

Pelo Parlamento de Guiana:

--	--

Pelo Parlamento de Peru:

Karol Ivette Paredes Jeny Luz López Morales Cheryl Trigozo Reátegui Hitler Saavedra Casternoque	María del Carmen Alva Prieto Francis Castro Paredes Silvia Monteza Juan Carlos Mori Celis
--	--

Pelo Parlamento de Suriname:

Radjendrekoemar Debie	Huur Miquella
-----------------------	---------------

Pelo Parlamento de Venezuela:

--	--